

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA



CEB LAJEADO S.A. - CEBLajeado

CNPJ nº 03.677.638/0001-50

SIA - Área de Serviços Públicos, Lote C, Bloco M,
Complexo CEB, CEP: 71215-902 - Brasília/DF

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Senhores Acionistas,

A Administração da CEB Lajeado S.A. submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis acompanhadas dos relatórios dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2017 foi de enormes desafios para a maioria das empresas, haja vista a conjuntura econômica e política enfrentada pelo País. Repetindo o cenário do ano passado, as geradoras de energia hidráulica tiveram que conviver novamente com escassez de chuvas e queda acentuada nos níveis dos principais reservatórios do país.

Entretanto, a despeito dessas dificuldades, a Empresa alcançou o maior resultado econômico desde a sua criação, fruto de práticas de governança corporativa eficientes, controle obsessivo de custos e de estratégias comerciais adequadas. Tais ações proporcionaram o atingimento das metas delineadas, em um momento de retração do mercado, garantindo, assim, a manutenção da capacidade operacional e a geração de receitas significativas para os acionistas.

Além da distribuição integral do resultado de 2016, a CEB Lajeado também promoveu à redução do capital social com a finalidade de restituição aos acionistas e a distribuição de dividendos intercalares, antecipando, assim, o resultado estimado para 2017.

Não poderíamos deixar de ressaltar, ainda, nosso compromisso como empresa pública com as pautas da ética, transparência e responsabilidade social e ambiental.

Outrossim, temos certeza, inequívoca, de que nada disso seria possível sem o empenho e comprometimento dos nossos empregados e colaboradores que, com talento e inovação, depreenderam esforços significativos para que as metas e os resultados fossem conquistados.

A EMPRESA

A CEB Lajeado S.A., em conjunto com a Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e a Investco S.A. constituem o denominado “Consórcio Lajeado”, cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público do Aproveitamento Hidroelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos aditivos celebrados com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir de 16 de dezembro de 1997. A energia elétrica gerada pelo empreendimento é comercializada pelas Concessionárias, na proporção da participação de cada uma delas na formação do Consórcio Lajeado, conforme quadro a seguir:

Concessionárias	Quota
Lajeado Energia S.A.	72,27%
CEB Lajeado S.A.	19,80%
Paulista Lajeado Energia S.A.	6,93%
Investco S.A.	1,00%
Total	100,00%

Quase todo montante de energia da CEB Lajeado S.A. é comercializado com a CEB Distribuição S.A. por meio de um contrato bilateral de compra e venda de energia com vencimento em 15 de dezembro de 2032, prazo limite de suprimento previsto no contrato de concessão do empreendimento. À vista da questão hídrica vivenciada, esse contrato não mais alcança a totalidade do bloco de energia de titularidade da Empresa, conforme estratégia de *hedge* detalhada no item “Contexto Operacional” deste relatório. Mesmo com a redução no volume de venda anteriormente contratado, a manutenção desse instrumento significa garantia firme de receita até o final da concessão de produção independente da qual a CEB Lajeado S.A. é titular.

A receita da Empresa oriunda da venda de energia é complementada pelo rendimento de aplicações financeiras e pelos resultados provenientes da participação acionária na empresa Investco S.A, detentora dos ativos de geração da Usina.

Em 2017, a CEB Lajeado S.A. foi responsável pelo suprimento de 9,33% de toda a demanda de energia do Distrito Federal.

CONTEXTO ECONÔMICO

Os indicadores que medem a atividade econômica confirmaram uma recuperação gradual da economia brasileira. Apesar de 2017 ter sido marcado pelo término da recessão após dois anos seguidos de retração, os reflexos da crise econômica ainda foram sentidos de forma intensa pelos brasileiros, com sucessivos cortes de gastos, interrupção de serviços públicos por falta de recursos, aumento de tributos e situação crítica nas contas públicas de alguns estados.

O início da recuperação da economia levou a uma reação nos dados do emprego em 2017. Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), nos 11 meses do ano, o saldo de empregos chegou a 299.635 novas vagas, com expansão de 0,78% em relação ao mesmo período de 2016. Outro fato de destaque foi o forte processo de desinflação. A inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou em 2017 em 2,95%, resultado 3,34 pontos percentuais inferior aos 6,29% de 2016. É o menor número desde a taxa de 1998 quando ficou em 1,65%.

Com os preços mais baixos e expectativas para uma inflação menor, a taxa básica de juros, a Selic, passou por um ciclo de cortes, chegando ao menor nível histórico. Nas oito reuniões de 2017, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reduziu a Selic sucessivamente, com queda acumulada de 6,75 pontos percentuais, passando de 13,75% ao ano para 7% ao ano. Em dezembro, o Copom sinalizou que pode haver nova redução da Selic em fevereiro de 2018. Segundo o comitê, a continuidade da redução da taxa depende da evolução da atividade econômica e das expectativas de inflação.

QUESTÃO REGULATÓRIA RELEVANTE

Pleito Sobre Perdas e Custo de Transmissão

A CEB Lajeado S.A. por intermédio do escritório de advocacia Mukai Advogados Associados ajuizou, em desfavor da ANEEL, em 2009, a Ação Ordinária nº 2009.34.00.008120.5, distribuída à 1ª Vara Federal, da Seção Judiciária do Distrito Federal. Tal iniciativa visa obter, na formação da tarifa homologada naquela Agência, tratamento isonômico às demais empresas do Consórcio Lajeado, por meio da homologação do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Suprimento celebrado entre a CEB Lajeado S.A. e a CEB Distribuição S.A.. Por conseguinte, objetiva-se transferir à Distribuidora o ônus do uso da rede básica de transmissão no desempenho do citado Contrato de Suprimento. Nessa ação, é pleiteada, ainda, a retroação dos efeitos à entrada em operação da Usina, ocorrida em 2001. Estima-se que o sucesso na disputa judicial poderá implicar créditos perante CEB Distribuição S.A., com valores superiores a R\$ 50,0 milhões.

Em 19 de outubro de 2011, o pedido foi julgado improcedente, tendo a CEB Lajeado S.A., em 15 de dezembro de 2011, interposto Recurso de Apelação, a fim de reformar a sentença e declarar nulo o ato que não homologou o referido Termo Aditivo e, consequentemente, compelir a ANEEL a efetuar a homologação do Aditivo. O processo foi distribuído à Quinta Turma do TRF da 1ª Região e aguarda julgamento.

CONTEXTO OPERACIONAL

As variações do preço da liquidação das diferenças (PLD) e do ajuste da garantia física das usinas hidrelétricas em razão do GSF causam aos agentes de geração de energia exposição financeira no Mercado de Curto Prazo. Como consequência, é necessário que os geradores comprem energia “extra”, a fim de cumprirem os seus contratos de venda de energia. Para tanto, o agente pode optar por adquirir a energia faltante no mercado “spot” ou aguardar a finalização do processo mensal de contabilização em que as diferenças são liquidadas de acordo com o PLD publicado pela CCEE.

Diante desse quadro, a CEB Lajeado promoveu em novembro de 2017 um leilão de compra de energia como forma de reduzir a sua exposição financeira no Mercado de Curto Prazo. A estratégia comercial adotada pela para a Empresa resultou em uma economia de mais de 10% em relação ao PLD que foi adotada pela CCEE no processo de contabilização daquele período.

No quesito desempenho da Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, em 2017 a Usina registrou o melhor resultado no indicador que mede a disponibilidade para operação, atingindo 98,9% contra 98,8% em 2016, o que mostra a qualidade no seu programa de operação e manutenção.

GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

A CEB Lajeado S.A., na condição de Empresa estatal do Distrito Federal, tem seu orçamento elaborado em estrita obediência à legislação distrital e, na estrutura orçamentária do Governo do Distrito Federal, a Empresa integra o programa “Energia para o Desenvolvimento”.

A execução orçamentária da Empresa mostrou-se bem próxima da previsão na maioria de suas ações, atingindo a média de 88,6% de sua realização.

No exercício de 2017, a CEB Lajeado S.A. obteve um lucro bruto de R\$ 70.479 mil e um lucro líquido de R\$ 45.676 mil após o pagamento das Partes Beneficiárias.

O Ebitda (Lucro antes das despesas financeiras, do imposto de renda, da contribuição social sobre lucros e das depreciações e amortizações) foi de R\$ 72.845 mil, com margem de 42,4%.

RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

A CEB Lajeado S.A. mantém estreito relacionamento com diversos órgãos, tais como a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; Operador Nacional do Sistema - ONS; Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; Ministério de Minas e Energia - MME; Associações de Classe; Fundações; e Concessionárias em geral, e atua em conformidade com a legislação vigente, na busca de qualidade e transparência nas suas decisões, de forma a contribuir para o melhor desempenho do setor elétrico brasileiro e, consequentemente, garantir maior geração de riqueza para os acionistas da Empresa.

FORÇA DE TRABALHO

A CEB Lajeado S.A., atenta em corresponder às expectativas do Controlador e no intuito de atingir suas metas empresariais, tem procurado focar as relações de trabalho na valorização, no respeito e no desenvolvimento humano e, para isso, conta com uma força de trabalho composta de 7 profissionais.

A seguir, detalha-se o quadro de pessoal da Empresa:

Colaboradores	
Quadro próprio	—
Comissionados, sem vínculo efetivo	5
Contratados terceirizados	—
Requisitados da CEB Distribuição S.A.	2
Estagiários	—
Total geral (Força de trabalho)	7

GESTÃO ADMINISTRATIVA

A Diretoria da CEB Lajeado S.A. tem focado suas ações na eficiência empresarial e na valorização dos seus recursos humanos. De forma transparente e com ferramentas que valorizam a liderança, a participação, a motivação e a criatividade, cada servidor contribui de forma sistêmica na solução e no aperfeiçoamento dos processos organizacionais. Em um ambiente saudável e harmonioso, as virtudes profissionais dos servidores são potencializadas, a fim de que esses possam contribuir efetivamente para o alcance dos objetivos propostos no Plano de Negócio da Empresa.

Entre as ações desenvolvidas no exercício de 2017, destacam-se:

➤ Renovação e licitação de contratos administrativos, de natureza contínua;

➤ Gerenciamento e fiscalização das receitas investidas em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); e

➤ Distribuição total dos resultados de 2016 e de dividendos intercalares de 2017.

PERSPECTIVAS E PLANOS FUTUROS

A CEB Lajeado S.A. dará continuidade às ações em curso e concebidas no seu Plano de Negócio para o período de 2018 a 2022, visando maximizar os seus resultados empresariais. Dentre elas, destacamos:

➤ Definir estratégias comerciais a partir do bloco de energia descontratado, inclusive considerando a possibilidade de comercializá-lo no ambiente livre;

➤ Acompanhar o andamento da ação ordinária objeto do Processo nº 2009.34.00.008120.5, impetrada em desfavor da ANEEL, com vistas à obtenção de tratamento idêntico ao dispensado na mesma matéria às demais empresas do Consórcio Lajeado;

➤ Aperfeiçoar a gestão, disseminando culturas e valores de desenvolvimento humano;

➤ Manter a busca permanente da qualidade e da transparência nas decisões empresariais;

➤ Qualificar e aprimorar a força de trabalho; e

➤ Dar continuidade as tratativas com os sócios do Consórcio para implementação das novas bases do Contrato de Arrendamento propostas pela CEB Lajeado S.A., como forma de adequá-lo às atuais condições de mercado.

AGRADECIMENTOS

A Administração da CEB Lajeado S.A. agradece aos seus acionistas, à CEB Distribuição S.A., aos parceiros, fornecedores e instituições financeiras pela confiança que depositaram na Empresa durante o exercício de 2017 e, em especial, aos Conselhos de Administração e Fiscal e aos colaboradores pela dedicação, empenho e compromisso, orientado para o cumprimento dos objetivos empresariais, com vistas à contribuir para tornar a Empresa uma referência de eficácia na geração de resultados para os seus acionistas e para a sociedade do Distrito Federal.

Brasília, 31 de dezembro de 2017.

A Administração

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 50012018042000063

Documento assinado digitalmente conforme MP n 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

CEB LAJEADO S.A. - CEBLajeado

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL

		31/12/2016		01/01/2016			31/12/2016		01/01/2016
Ativo	Nota	31/12/2017	Reapresentado	Reapresentado	Passivo	Nota	31/12/2017	Reapresentado	Reapresentado
Ativo Circulante					Passivo Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	4	5.448	15.733	15.869	Contas a pagar	15	6.161	6.275	5.458
Concessionários e permissionários	5	21.615	20.548	34.522	Salários e encargos sociais	16	221	264	223
Impostos e contribuições a recuperar	6	9	9	2.973	Obrigações tributárias	17	17.902	7.327	16.155
Caução em garantia CCEE	7	1.488	2	–	Obrigações com acionistas	18	16.155	14.999	17.593
Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	8	6.051	8.360	6.051	Pesquisa e desenvolvimento	19	2.134	5.129	4.519
Serviço em curso P&D	9	–	3.876	3.676	Outras obrigações	20	609	554	674
Repactuação do Risco Hidrológico	10	1.214	1.214	–			43.182	34.548	44.622
Outros créditos	11	17	5	–					
		35.842	49.746	63.091					
Ativo Não Circulante					Não Circulante				
Realizável a Longo Prazo					Obrigações tributárias	17	–	234	–
Concessionários e permissionários	5	16	8.199	–			–	234	–
Tributos Diferidos	6	172	–	147					
Títulos a receber - Investco S.A	12	1.138	1.134	1.137	Patrimônio Líquido	21			
Repactuação do Risco Hidrológico	10	12.444	13.658	16.086	Capital social		112.284	145.656	145.656
Outros créditos	11	1.128	1.128	1.128	Reserva de capital		151.225	151.225	151.225
		14.898	24.119	18.498	Reservas de lucros		10.309	35.679	54.246
					Ajuste de avaliação patrimonial		74	66	71
					Prejuízos Acumulados		–	(14.282)	(10.596)
							273.892	318.344	340.602
Investimentos	13	177.932	184.954	203.422	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido				
Imobilizado		98	117	136			317.074	353.126	385.224
Intangível	14	88.304	94.190	100.077					
		281.232	303.380	322.133					
Total do Ativo									
		317.074	353.126	385.224					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

		31/12/2016		31/12/2017
	Nota	31/12/2017	Reapresentado	Reapresentado
Receita operacional líquida				
Custo com energia elétrica e operação	23	171.891	114.609	
		(105.865)	(81.736)	
Lucro operacional bruto		66.026	32.873	
Receitas / (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas	24	(2.762)	(2.926)	
Amortização de ágio		(5.887)	(5.887)	
Resultado de equivalência patrimonial		9.562	19.079	
		913	10.266	
Resultado antes do resultado financeiro		66.939	43.139	
Resultado financeiro	25			
Receitas financeiras		4.139	5.234	
Despesas financeiras		(599)	(4.945)	
		3.540	289	
Resultado antes dos tributos e participações		70.479	43.428	
Imposto de renda e contribuição social	26			
Imposto de renda e contribuição social correntes		(20.136)	(8.154)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos		407	(381)	
		(19.729)	(8.535)	
Partes beneficiárias		(5.074)	(3.489)	
Lucro líquido do exercício		45.676	31.404	
Lucro básico e diluído por ação		0,3338	0,2295	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

		31/12/2016		31/12/2017
		31/12/2017	Reapresentado	Reapresentado
Lucro Líquido do Período				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes - Coligadas		45.676	31.404	
		8	(5)	
Resultado Abrangente Total		45.684	31.399	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO

		31/12/2016		31/12/2017
Atividades operacionais		31/12/2017	Reapresentado	Reapresentado
Entradas:				
Recebimento pela venda de energia elétrica		157.181	130.994	
Recebimento de juros sobre aplicação financeira		1.444	1.099	
Liberação de garantia - CCEE		5.903	7.583	
Recebimento de Dividendos/ Juros sobre Capital Próprio		18.065	34.246	
Outras		37	4	
		182.631	173.926	
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		81.524	57.353	
Atividades de financiamentos				
Saídas:				
Pagamento de dividendos		(54.516)	(50.555)	
Pagametno de Partes Beneficiárias		(3.920)	(6.934)	
Redução de Capital - Acionistas ON e PN		(33.372)	–	
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos		(91.809)	(57.489)	
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa				
Saldo de caixa no início do período		15.733	15.869	
Saldo de caixa no final do período		5.448	15.733	
		(10.285)	(136)	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				

continua

continuação

CEB LAJEADO S.A. - CEBLajeado

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO											
		31/12/2017	Reapresentado	31/12/2017	Reapresentado	31/12/2017	Reapresentado	31/12/2017	Reapresentado	31/12/2016	Reapresentado
1	Receitas										
	Venda de Energia Elétrica	195.487	132.082								
		195.487	132.082								
2	Insumos adquiridos de terceiros										
	Serviços de terceiros	1.195	1.217								
	Material	-	3								
	Operações com energia elétrica (CCEE)	58.882	15.062								
	Repactuação do risco hidrológico	-	-								
	Custo de uso da rede de transmissão	11.591	10.790								
				3	Valor adicionado bruto (1-2)	119.912	100.105				
				4	Retenções						
					Depreciação	19	19				
					Amortização	5.887	5.887				
						5.906	5.906				
				5	Valor adicionado líquido produzido (3-4)	114.006	94.199				
				6	Valor adicionado recebido em transferência						
					Equivalência patrimonial	9.562	19.079				
				7	Valor adicionado total a distribuir (5+6)	127.707	118.512				
							%		%		
					Pessoal e encargos	1.486	1,2%		1.630	1,4%	
					Impostos, taxas e contribuições	40.852	32,0%		22.452	18,9%	
					Arrendamento, alugueis e juros	34.619	27,1%		59.537	50,2%	
					Remuneração de capitais próprios	43.321	33,9%		18.489	15,6%	
					Retenção de lucros	7.429	5,8%		16.404	13,8%	
				8	Valor adicionado total distribuído	127.707	100,0%		118.512	100,0%	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras											
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (31/12/2016 - Reapresentadas)											
1. CONTEXTO OPERACIONAL											
1.1. Objetivo social: A CEB LAJEADO S.A. (“CEBLajeado” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, controlada pela holding Companhia Energética de Brasília - CEB e é uma coligada da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS. Foi constituída em 22 de fevereiro de 2000, e autorizada a funcionar pela Lei Distrital nº 2.515, de 31 de dezembro de 1999. Essa lei foi alterada pela Lei nº 3.737, de 13 de janeiro de 2006, para autorizar a sua reestruturação societária. Sua sede social está localizada na cidade de Brasília–DF no endereço SIA - Área de Serviços Públicos Lote “C” Bloco “M”. A CEBLajeado tem por objetivo a geração e comercialização de energia produzida pelo Aproveitamento Hidroelétrico Lajeado, praticando todos os atos necessários à consecução de sua finalidade, podendo participar da sociedade Investco S.A. (“Investco”), como meio para realizar o seu objeto social, na condição de acionista. 1.2. Participação societária: A CEBLajeado e as empresas Lajeado Energia S.A. (“Lajeado Energia”) e Paulista Lajeado Energia S.A. (“Paulista Lajeado Energia”) são titulares de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital votante e 85,31% (oitenta e cinco vírgula trinta e um por cento) do capital social da Investco, uma sociedade por ações, registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, constituída para administrar a UHE Luís Eduardo Magalhães, com sede na cidade de Miracema, no estado do Tocantins, e endereço na rodovia TO Miracema, Km 23, s/nº, inscrita no CNPJ sob nº 00.644.907/0001-93, onde é gerada a energia comercializada pela Companhia. 1.3. Concessão: A CEBLajeado, em conjunto com a Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e a Investco, são parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado”, cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público do Aproveitamento Hidroelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão n.º 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 (trinta e cinco) anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997 (término em 15 de dezembro de 2032). A concessão da UHE Luís Eduardo Magalhães é compartilhada da seguinte forma:											
Lajeado Energia 72,27% CEBLajeado 19,80% Paulista Lajeado 6,93% Investco 1,00% Total 100,00%											
A Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a Usina, porém, esses ativos são arrendados somente aos sócios ordinários e de acordo com percentual de participação de cada um no contrato de concessão, conforme instrumento particular do contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001. Dessa forma, a energia gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães é de propriedade das arrendatárias e não há relação de compra e venda de energia entre a Investco e a CEBLajeado. A UHE Luís Eduardo Magalhães encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW, tendo energia assegurada 823,3 MW. Da potência instalada e energia assegurada, as Concessionárias deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano, respectivamente, até o prazo final deste contrato, para venda às empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição. A partir de 2016 passou a vigorar a Repactuação do Risco Hidrológico, estabelecida por meio da Lei 13.203/2015 e regulamentada pela Resolução Aneel nº 684/2015, que transferiu parte deste risco para os consumidores finais envolvendo os contratos no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, como o da CEBLajeado, mediante o pagamento de um prêmio de risco. O produto escolhido pela Companhia foi o SP92, que garante uma proteção para déficits de geração de energia do Mercado de Curto Prazo superior a 8%, sendo que para déficits até este nível a CEBLajeado possui a responsabilidade de ressarcir os agentes de mercado. A Companhia tem em vigor um contrato de compra e venda de energia com a CEB Distribuição, firmado em 27 de novembro de 2001 e posteriormente prorrogado até o prazo limite da concessão da CEBLajeado (15 de dezembro de 2032). Em 2017 o volume contratado de energia foi de 823.822,53 MWh/ano, valor que deverá se repetir até o final da concessão. Todavia, este volume é 7,4% inferior ao montante inicial contratado, que era de 884.758,2 MWh/ano. A adoção dessa medida teve como objetivo reduzir a exposição da CEBLajeado no Mercado de Curto Prazo, e, caso houvesse excedente de energia, realizar a sua venda pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD ou por meio de um contrato bilateral no ambiente livre. Em 03 de maio de 2017, o MME publicou a Portaria nº.178 aprovando a revisão ordinária da garantia física de energia das usinas hidrelétricas. Para a CEBLajeado a redução foi de 4,08%, passando de 104,26 MW médios para 100,01 MW médios em 2018. Essa Portaria é resultado das análises do Grupo de Trabalho (GT), instituído pela Portaria MME nº 681, de 30 de dezembro de 2014, que, durante os											
anos de 2014, 2015, 2016 e 2017, realizou diversas reuniões técnicas com os agentes setoriais e duas consultas públicas, nas quais foram recebidas sugestões de aperfeiçoamento ao trabalho desenvolvido. No período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2017, a UHE Luís Eduardo Magalhães (Lajeado) produziu 297,1 MW médios, ou seja, 56,07% da sua garantia física. Apesar de ter alcançado um índice de disponibilidade de 98,9%, a Usina teve o seu despacho contido pelo ONS em razão do baixo volume de água do reservatório que ela opera. 1.4. Pesquisa e desenvolvimento - P&D: A Companhia é obrigada a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional após dedução do PIS e da COFINS em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.											
2. REAPRESENTAÇÃO DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES											
De acordo com o CPC 39, as Ações Preferenciais de classes “A”, “B”, e “C” da coligada Investco são registradas como Empréstimos e financiamentos e os juros e dividendos dessas respectivas ações devem ser reconhecidos como despesa financeira na Demonstração do Resultado. A Lei nº 12.973/14, em seu artigo 9º, modificou o §3º do artigo 10º da Lei nº 9.249/95, estabelecendo que não são dedutíveis na apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social, os lucros e dividendos pagos ou creditados a beneficiários de qualquer espécie de ação prevista no artigo 15º da Lei nº 6.404/76, ainda que classificados como despesa financeira na escrituração comercial. No exercício de 2017, a coligada Investco ajustou os impactos fiscais decorrentes da dedução indevida dos juros sobre as Ações Preferenciais nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. O valor do Ajuste na coligada Investco foi de R\$ 83.523 mil e o impacto na CEBLajeado foi de R\$ 16.704 mil, o que representa 20% do percentual de participação societária no capital social da coligada. Conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a retificação de erros requer a aplicação retrospectiva, de forma a ajustar os períodos anteriores, apresentados para fins de comparação com o período atual, como se estivessem corretos a partir do início do período mais antigo apresentado, sendo o ajuste registrado em Lucros ou Prejuízos acumulados. Os impactos na Companhia estão demonstrados nos quadros abaixo:											
2.1. Balanço Patrimonial:											
2.1.1. Balanço Patrimonial em 01 de janeiro de 2016:											
		01/01/2016				Ajustes				01/01/2016	
		Divulgado				Equivalência Patrimonial	Partes Beneficiárias	Reservas de Lucros		Reapresentado	
Ativo											
Circulante											
Caixa e equivalente de caixa		15.869			-	-	-	-		15.869	
Concessionários e permissionários		34.522			-	-	-	-		34.522	
Impostos e contribuições a recuperar		2.973			-	-	-	-		2.973	
Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber		6.051			-	-	-	-		6.051	
Serviço em curso P&D		3.676			-	-	-	-		3.676	
		63.091			-	-	-	-		63.091	
Não Circulante											
Realizável a Longo Prazo											
Tributos diferidos		147			-	-	-	-		147	
Títulos a receber - Investco S.A		1.137			-	-	-	-		1.137	
Repactuação do Risco Hidrológico		16.086			-	-	-	-		16.086	
Outros créditos		1.128			-	-	-	-		1.128	
		18.498			-	-	-	-		18.498	
Investimentos		215.817			(12.395)	-	-	-		203.422	
Imobilizado		136			-	-	-	-		136	
Intangível		100.077			-	-	-	-		100.077	
		334.528			(12.395)	-	-	-		322.133	
Total do Ativo											
		397.619			(12.395)	-	-	-		385.224	
Passivo											
Circulante											
Contas a pagar		5.458			-	-	-	-		5.458	
Salários e encargos sociais		223			-	-	-	-		223	
Obrigações tributárias		16.155			-	-	-	-		16.155	
Obrigações com acionistas		18.834			(1.241)	-	-	-		17.593	
Pesquisa e desenvolvimento		4.519			-	-	-	-		4.519	
Outras obrigações		674			-	-	-	-		674	
		45.863			-	-	-	-		44.622	
Patrimônio Líquido											
Capital social		145.656			-	-	-	-		145.656	
Reserva de capital		151.225			-	-	-	-		151.225	
Reservas de lucros		54.804			-	-	-	(558)		54.246	
Ajuste de avaliação patrimonial		71			-	-	-	-		71	
Prejuízos Acumulados		-			(12.395)	1.241	558	-		(10.596)	
		351.756			(12.395)	1.241	-	-		340.602	
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido											
		397.619			(12.395)	1.241	-	-		385.224	
continua											

continuação				
CEB LAJEADO S.A. - CEBLajeado				
		Ajustes		
	31/12/2016	Equivalência	Partes	31/12/2016
	Divulgado	Patrimonial	Beneficiárias	Reapresentado
(Aumento) Redução em Outros Créditos	1.008			1.008
Aumento (Redução) em fornecedores e contas a pagar	817			817
Aumento (Redução) em impostos e contribuições sociais	(8.975)			(8.975)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	(244)			(244)
Total	1.490			1.490
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais				
Juros sobre Capital Próprio / Dividendos Recebidos	34.246			34.246
	34.246			34.246
Total das Atividades Operacionais Geradas	57.353			57.353
3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS				
3.1. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), incorporando as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Companhia adota o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE, cujo plano de contas do setor elétrico está contido, bem como as normas e orientações da ANEEL. A Companhia elaborou a demonstração dos fluxos de caixa - DFC pelo método direto nos termos da NBC TG 03 (R3). Adicionalmente, a Companhia apresenta a conciliação entre o lucro líquido do período para o caixa líquido das atividades operacionais na Nota explicativa 35. A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado - DVA nos termos da NBC TG 09, como parte integrante das demonstrações financeiras, em linha com as determinações dos seus acionistas. A CEBLajeado avaliou os eventos subsequentes até 22 de fevereiro de 2018, que é a data de autorização para a emissão das demonstrações financeiras pela Diretoria colegiada da Companhia, e concluiu que não houve eventos que pudessem modificar as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017. 3.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. 3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, utilizada na preparação das demonstrações financeiras, é o Real (R\$). Todas as informações financeiras foram apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado. 3.4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis em relação aos valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: (i) Redução do valor recuperável de ativos: Ativo financeiro: São avaliados quanto à sua recuperabilidade ao final de cada exercício, exceto para Concessionárias e Permissionárias que são avaliados mensalmente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, ou nos valores atuais, e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Ativo não financeiro: O saldo do imobilizado, intangível e outros ativos são revistos anualmente utilizando o método de projeção de fluxo de caixa para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos. (ii) Valor justo dos instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. (iii) Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais: A Companhia não tem causas cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias de valor relevante, exceto aquelas mencionadas na Nota Explicativa 29. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências e as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. A necessidade de constituir ou não provisões é revisada mensalmente pela Administração para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A avaliação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em opiniões divergentes devido às imprecisões inerentes ao processo de avaliação. (iv) Amortização de ativos intangíveis: A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. No caso específico do intangível, a amortização é feita considerando o prazo da concessão. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado (Nota explicativa 14). (v) Energia a ser liquidada no âmbito da CCEE: A Companhia avalia ao final de cada período de reporte os montantes estimados pela sua área técnica das liquidações ativas e passivas baseadas nas informações disponíveis no mercado até o encerramento das suas Demonstrações financeiras. Os valores de liquidação dos ativos e passivos relacionados podem diferir os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2017, mas não tem sido relevantes ao longo dos anos, tendo em vista o conhecimento acumulado do corpo técnico da CEBLajeado e das empresas do Grupo sobre as normas e experiências em relação ao setor de energia. 3.5. Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor (Nota explicativa 4). 3.6. Ativos financeiros: (i) Classificação: A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. a) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado (Nota explicativa 4). b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento: Os instrumentos financeiros são classificados nesta categoria se a Companhia e suas controladas têm intenção e capacidade de mantê-los até o seu vencimento. São mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável. Nesta categoria a Companhia tem registrado Títulos a Receber - Investco S.A. (Nota explicativa 12). c) Empréstimos e recebíveis: Ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado com base na taxa de juros efetiva. As aplicações financeiras e recebíveis abrangem: Caixa e Bancos (Nota explicativa 4) e Concessionária e Permissionárias (Nota explicativa 5). (ii) Reconhecimento e mensuração: A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia realiza a baixa de um ativo fi-				
nanceiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar os ativos e liquidar o passivo simultaneamente. 3.7. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. 3.8. Concessionárias e permissionários: O valor incluso nesta conta representa a venda de energia proveniente do contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, além dos valores a serem liquidados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota explicativa 5). 3.9. Investimentos em coligadas: As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa na Administração, mas não controle sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% das ações ou quotas com poder de voto da outra entidade. Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. O investimento da Companhia está líquido de quaisquer perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. 3.10. Intangível: É constituído pelo valor do ágio obtido na operação de reestruturação societária ocorrida na Companhia nos anos de 2005 e 2006, deduzido da amortização acumulada, calculada até a data do período final de sua utilização, ou seja, até o final do prazo de concessão (Nota explicativa 13). 3.11. Redução ao valor recuperável de ativos: O saldo de investimentos e intangível (<i>goodwill</i>) são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos. Baseado na conclusão dos estudos realizados pela Companhia para este fim, não foram identificados indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2017. 3.12. Passivos financeiros: A Companhia reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Contas a pagar (Nota explicativa 15) e Obrigações com acionistas (Nota explicativa 18). 3.13. Contas a pagar: O valor do saldo de contas a pagar é composto basicamente pelo Arrendamento a pagar à Investco pelo uso do seu imobilizado na geração de energia comercializada pela CEBLajeado e pelo Custo do Uso do Sistema de Transmissão - CUST. As obrigações estão sendo apresentadas pelos valores conhecidos ou estimáveis até a data dessas demonstrações financeiras (Nota explicativa 15). 3.14. Obrigações tributárias: As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social sobre lucros são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, considerando as adições e exclusões legais previstas. Sobre as adições temporárias, que se tornarão dedutíveis quando realizadas, são constituídos créditos tributários diferidos, que estão sendo apresentados na conta de tributos diferidos no ativo. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável, ou quando é feita fiscalmente a compensação com impostos a pagar. 3.15. Dividendos e juros sobre capital próprio: De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais, CPC 24, IAS 10 e ICPC 08 (R1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado e ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Os juros sobre capital próprio, originalmente, são registrados nos livros contábeis e fiscais como despesa financeira, por ocasião da apropriação dos valores a pagar aos acionistas. Entretanto, para fins de preparação destas demonstrações financeiras, utiliza-se a essência da transação e, portanto, são considerados como distribuição de lucros e não transitam pelo resultado, recebendo o mesmo tratamento dos dividendos e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio é contabilizado a débito no patrimônio líquido quando de sua proposição pela Administração, por atenderem, neste momento, o critério de obrigação. 3.16. Participações estatutárias: Alienação de partes beneficiárias, títulos sem valor nominal, estabelecido pelo Estatuto Social com base no art. 46 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07. Consiste em participação nos lucros anuais de no máximo 10%. O art. 190 da Lei nº 6.404/76, e as alterações citadas acima definem o lucro sobre o qual se aplica o percentual. O prazo de vigência das partes beneficiárias será até o ano de 2032, quando então a reserva de capital deverá ser convertida em ações preferenciais, de modo que represente 5,084% do capital social na ocasião. 3.17. Demais ativos e passivos: Os outros ativos e passivos estão apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. As outras obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. 3.18. Capital social: As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido (Nota explicativa 21.1). (i) Ações ordinárias: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opção de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, livre de quaisquer efeitos tributários. (ii) Ações preferenciais: Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação pelos acionistas da Companhia. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo. 3.19. Reserva legal: Constituída de 5% sobre o lucro líquido do exercício, conforme art. 193 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, até o limite de 20% do capital social realizado (Nota explicativa 21.4.1). 3.20. Reserva de capital: Constituída pelo valor da alienação das partes beneficiárias, foi classificada de acordo com a alínea “a” do § 1º do art. 182 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 (Nota explicativa 21.2). 3.21. Reconhecimento da receita: A receita operacional é reconhecida quando existem as seguintes evidências convincentes: • de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; • de ser provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; • de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e • de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de comercialização de energia é registrada com base no contrato bilateral firmado com o agente de mercado CEB Distribuição e devidamente registrado na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. 3.22. Adoção de pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC novas e revisadas: IFRS 9: Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018); IFRS 15: Receita de Contratos com Clientes - introduz novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018); e IFRS 16: Arrendamentos - introduz novas exigências para a contabilização dos contratos de arrendamento operacional (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019). A Administração da Companhia avaliou essas novas IFRSs e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados. 3.23. Aprovação das demonstrações financeiras: Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 22 de fevereiro de 2018.				
continua				

continuação				CEB LAJEADO S.A. - CEBLajeado			
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				não liquidados pela CEB Distribuição tempestivamente, incluindo correção monetária, multa e juros estabelecidos contratualmente, que foram renegociados pelas Companhias em 20 de dezembro de 2016, obedecendo as seguintes condições: • Prazo de pagamento em 24 parcelas mensais e consecutivas, restando, em 31 de dezembro de 2017, 12 parcelas a serem pagas; • Vencimento, sempre no último dia útil de cada mês; • Taxa de juros efetiva de 1% a.m. (0,9489%), calculado <i>pro rata die</i> , além de correção monetária pelo IGP-M.			
				6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR			
				Referem-se a tributos compensáveis futuramente, atualizados até a data do balanço, conforme demonstrado abaixo:			
				IRR e CSLL diferido			
				IRPJ e CSLL por estimativa			
				Outros impostos			
				Total			
				Circulante			
				Não circulante			
				O valor de R\$172 mil em tributos diferidos foi apurado com base no montante de adições temporárias de despesas reconhecidas por estimativa em 31 de dezembro de 2017, sendo as mesmas dedutíveis para fins de apuração do IR e CS.			
				7. CAUÇÃO EM GARANTIA - CCEE			
				O saldo de R\$1.488 mil em 31 de dezembro de 2017 representa a garantia financeira depositada pela Companhia em conta bancária específica determinada pela CCEE para realização da liquidação financeira do Mercado de Curto Prazo. Esse montante permanece aplicado, com remuneração atrelada ao CDI, até que a Companhia liquide a compra de energia no referido Mercado.			
8. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER				Como titular exclusiva dos ativos que compõem a Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães (“UHE Lajeado”), a Investco S.A.. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.613 GWh, porém a companhia não é titular exclusiva do Contrato de Concessão, sendo titular de 1%. A empresa tem contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias, nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, esta companhia tem duas fontes de receita: o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e a venda de 1% da energia elétrica gerada por esta. A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da usina, na condição de “Produtor Independente”, na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão. O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Investco receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% ao ano corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o período, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte. O quadro a seguir apresenta o valor anual do arrendamento nos últimos 3 anos:			
A movimentação de dividendos e juros sobre capital próprio com a investida Investco durante o ano de 2017 foi:				Arrendamento			
				Total			
				CEBLajeado (cota)			
				Além da redução no valor do arrendamento, o lucro líquida da Investco foi afetada também pela distribuição de dividendos aos acionistas detentores das ações preferenciais A, B e C que são classificadas como despesa financeira. Enquanto em 2016 foram distribuídos R\$52.143 mil em 2017 esse valor foi de R\$19.980 mil. Em consequência desses acontecimentos, tanto a CEBLajeado como os demais acionistas detentores das ações ordinárias, foram afetados pela queda no valor da equivalência patrimonial, conforme demonstrado pela movimentação do investimento da Investco no quadro a seguir:			
				Saldo em 31 de dezembro de 2015 - Reapresentado			
				Equivalência patrimonial			
				Dividendos recebidos de ações ordinárias			
				Outros resultados abrangentes			
				Saldo em 31 de dezembro de 2016 - Reapresentado			
				Equivalência patrimonial			
				Dividendos recebidos de ações ordinárias			
				JSCP creditados de ações ordinárias			
				Outros resultados abrangentes			
				Saldo em 31 de dezembro de 2017			
				As demonstrações financeiras anuais da Investco referente ao exercício de 2017 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram opinião sem ressalva datada em 22 de fevereiro de 2018.			
				14. INTANGÍVEL			
				Refere-se ao ágio gerado na operação de reestruturação societária ocorrida na Companhia nos anos de 2005 e 2006, quando foram adquiridos da Eletrobrás 46.890.423 ações preferenciais classe “R” da Investco, representativas de 7,50% do capital total da investida. O valor negociado foi de R\$213.452 mil, pagos à Eletrobrás da seguinte forma: • 54.835.800 ações preferenciais da própria CEBLajeado, emitidas ao preço de R\$1,134788 por ação, totalizando R\$62.227 mil, representando 40,07% do capital social da Companhia; e • 10.000 (dez mil) partes beneficiárias ao valor de R\$151.225 mil, registrado como reserva de capital na CEBLajeado, que assegurarão à Eletrobrás uma participação de 10% nos lucros da Companhia e deverão ser conversíveis em ações preferenciais em 31 de outubro de 2032. Dessa forma, do montante pago pelas ações de R\$213.452 mil, R\$54.506 mil representavam o valor patrimonial das ações na Investco em 30 de novembro de 2005, data da última correção da dívida e, consequentemente, reconhecidos como investimento na			
				continua			

continuação				CEB LAJEADO S.A. - CEBLajeado			
CEBLajeado. Classificado como intangível, a diferença entre o valor pago e o valor patrimonial resultou em um ágio de R\$158.946 mil, que, a partir de janeiro de 2006, está sendo amortizado anualmente em R\$5.887 mil, com prazo final em dezembro de 2032, conforme demonstrado a seguir:				15.3. Encargos de uso do sistema de transmissão: Referem-se aos custos dos serviços prestados de transmissão de energia elétrica, cujo controle e coordenação são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.			
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	16. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS			
Ágio	158.946	158.946	158.946		31/12/2017	31/12/2016	
Amortização	(5.887)	(5.887)	(5.887)	Provisão de férias	62	102	
Saldo líquido	88.304	94.190	100.077	Tributos sobre a folha	52	65	
Amortização acumulada	(70.642)	(64.756)	(58.869)	Consignações em favor de terceiros	33	24	
15 - Contas a pagar				Pessoal cedido CEB D	74	73	
O saldo de contas a pagar está sendo apresentado pelos valores conhecidos ou estimáveis até a data do balanço, acrescido da variação monetária, quando aplicável.				Total	221	264	
	31/12/2017	31/12/2016		17. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS			
Energia comprada - CCEE 15.1	1.783	—		Estão representadas pelas obrigações tributárias, conforme detalhado abaixo:			
Arrendamento - Investco S.A. 15.2	3.124	5.013			31/12/2017	31/12/2016	
Encargos de uso do sistema de transmissão 15.3	1.246	1.251		IRPJ e CSLL a pagar	14.519	3.970	
Fornecedores de serviços	9	11		IRRF sobre juros sobre capital próprio	2.250	2.250	
Total	6.161	6.275		IRPJ e CSLL diferidos	—	234	
15.1. Energia comprada - CCEE: A provisão de R\$1.783 mil refere-se à: i) apuração da CCEE do déficit de energia no Mercado de Curto Prazo de novembro de 2017 no montante de R\$1.275 mil, a ser liquidado em janeiro de 2018; e ii) estimativa de liquidação da Companhia para o mês de dezembro de 2017 no valor de R\$508 mil. 15.2. Arrendamento - Investco S.A.: Refere-se ao arrendamento a pagar à Investco pela utilização do seu ativo imobilizado para geração de energia comercializada pela CEBLajeado, conforme mencionado na Nota explicativa 1.3.				PIS a recolher	200	235	
				COFINS a recolher	930	1.089	
				Outros tributos a recolher	3	17	
				Total	17.902	7.561	
				Circulante	17.902	7.327	
				Não circulante	—	234	
18. OBRIGAÇÕES COM ACIONISTAS							
A distribuição financeira realizada pela CEBLajeado aos seus acionistas durante o exercício de 2017 está demonstrada no quadro a seguir:							
	31/12/2016				31/12/2017		
	Reapresentado	Adições	Pagamentos				
Companhia Energética de Brasília - CEB							
Juros sobre Capital Próprio - 2016 (a)	7.130	—	(7.130)		—		
Dividendos Adicionais Exercício 2016 (b)	—	10.356	(10.356)		—		
Dividendos Intercalares 2017 (c)	—	13.000	(13.000)		—		
Redução de Capital (e)	—	20.000	(20.000)		—		
Juros sobre Capital Próprio - 2017 (f)	—	7.130	—		7.130		
Subtotal	7.130	50.486	(50.486)		7.130		
Eletrobrás							
Juros sobre Capital Próprio - 2016 (a)	5.620	—	(5.620)		—		
Dividendos Adicionais Exercício 2016 (b)	—	8.162	(8.162)		—		
Dividendos Intercalares 2017 (c)	—	10.247	(10.247)		—		
Partes Beneficiárias (d)	3.920	5.075	(3.920)		5.075		
Partes Beneficiárias (ajuste exercícios anteriores) (d)	(1.671)	—	—		(1.671)		
Redução de Capital (e)	—	13.372	(13.372)		—		
Juros sobre Capital Próprio - 2017 (f)	—	5.620	—		5.620		
Subtotal	7.869	42.476	(41.321)		9.024		
Total	14.999	92.962	(91.809)		16.155		
a) Juros sobre Capital Próprio - 2016: Os juros sobre o capital próprio - JSCP foram calculados conforme o art. 9º da Lei 9.249/95, considerando a TJLP sobre o patrimônio líquido de 2017, limitado a 50% do lucro líquido do exercício apurado antes da dedução desses juros, após a dedução da CSLL. A Companhia liquidou toda a obrigação durante o exercício 2017. b) Dividendos adicionais exercício 2016: Os dividendos a pagar são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras somente ao final do exercício e qualquer valor acima do mínimo obrigatório será mantido no patrimônio líquido, em conta específica, até a deliberação da assembleia geral dos acionistas, conforme determina a Lei 6.404/76, e de acordo com as normas descritas no ICPC 08. No primeiro trimestre de 2017, a Companhia aprovou por meio de assembleia geral ordinária suas demonstrações financeiras e deliberou sobre a destinação de dividendos adicionais que estavam registrados em conta específica do patrimônio líquido e que neste ato foram transferidos para o passivo, cujo montante totalizou R\$ 18.518 mil. Desse total, R\$10.356 mil foram destinados ao acionista controlador CEB Holding e R\$8.162 mil a Eletrobrás, integralmente liquidados em 2017. c) Dividendos intercalares: Conforme previsão em seu estatuto social, a Administração da Companhia apurou os seus resultados acumulados até 30 de junho de 2017 e realizou o pagamento de dividendos intercalares no montante de R\$23.246 mil, sendo R\$13.000 mil para a CEB Holding e R\$10.246 mil para a Eletrobrás. d) Partes beneficiárias: As partes beneficiárias conferem ao seu titular direito de crédito eventual contra a Companhia, no montante equivalente a 10% do lucro líquido do exercício apurado, observando-se o disposto na Lei 6.404/76 e será devida e paga na mesma data em que forem devidos e pagos os dividendos anuais ou juros sobre o capital próprio atribuídos aos acionistas da Companhia. No primeiro trimestre de 2017, a Companhia realizou a quitação do valor devido a Eletrobrás referente ao saldo de partes beneficiárias do exercício de 2016, cujo montante totalizou R\$3.920 mil. Em 2017 o valor das partes beneficiárias foi calculado com base no resultado do exercício antes do IRPJ e CSLL, e resultou em uma provisão no montante de R\$5.075 mil. Entretanto devido ao ajuste de exercícios anteriores realizado pela coligada Investco no valor R\$83.523 mil, a CEBLajeado foi impactada por este ajuste e com isto teve que realizar a reapresentação de suas demonstrações de exercícios anteriores, o que gerou um reconhecimento na rubrica de partes beneficiárias de R\$1.671 mil. Por consequência destes eventos, foi reduzido o valor provisionado em favor da Eletrobrás. e) Redução de capital: Em 18 de maio de 2017, a Diretoria da Companhia, em reunião do conselho de administração, ata nº 136º, decidiu pela redução do capital social de R\$145.656 mil para R\$112.284 mil, totalizando uma redução de R\$33.372 mil. O assunto foi apreciado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de maio de 2017 com aprovação deste colegiado. A CEBLajeado recebeu a anuência da ANEEL para efetivação da operação em 26 de setembro de 2017. O repasse para os acionistas ocorreu nos meses de setembro e dezembro de 2017, sendo de R\$20.000 mil para a CEB e R\$13.372 para a Eletrobrás. f) Juros sobre capital próprio 2017: Os juros sobre o capital próprio - JSCP foram calculados conforme o art. 9º da Lei 9.249/95, considerando a TJLP sobre o patrimônio líquido de 2017, limitado a 50% do lucro líquido do exercício apurado antes da dedução desses juros, após a dedução da CSLL. No dia 08 de dezembro de 2017 a Diretoria decidiu por meio da Ata nº 177ª, aprovar o pagamento de R\$15.000 mil de juros sobre capital próprio aos seus acionistas de classes ON e PN, sendo de R\$7.130 mil para a CEB Holding e de R\$5.620 mil para a Eletrobrás, já líquidos do imposto de renda retido que foi de R\$2.250 mil.							
19. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO					31/12/2017	31/12/2016	
Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico					142	81	
Ministério das Minas e Energia					71	40	
Recursos em poder da empresa					1.921	5.008	
Total					2.134	5.129	
20. OUTRAS OBRIGAÇÕES					31/12/2017	31/12/2016	
Taxa de fiscalização ANEEL					39	38	
Compensação financeira utilização recursos hídricos					570	503	
Outros credores					—	13	
Total					609	554	
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
21.1. Capital social: O capital social da CEBLajeado é de R\$112.284 mil em 31 de dezembro de 2017 (R\$145.656 mil em 31 de dezembro de 2016), totalmente subscrito e integralizado, representado por 136.850.013 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 82.013.911 ações ordinárias e 54.836.102 ações preferenciais, divididas da seguinte forma:							
	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total de ações		
Acionistas	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
CEB Holding	82.013.911	100	—	—	82.013.911	59,93	
Eletrobrás	—	—	54.835.800	100	54.835.800	40,07	
Amadeu Zamboni	—	—	300	—	300	—	
Sérgio Feijão	—	—	2	—	2	—	
Total	82.013.911	100	54.836.102	100	136.850.013	100	
As ações têm direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos juros sobre capital próprio - JSCP pagos ou creditados aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior. O Acordo de Acionistas celebrado entre a CEBLajeado e a Eletrobrás prevê: a) Distribuição integral dos lucros apurados na forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio; b) Garantia de rendimento à Eletrobrás equivalente a 49,67% do lucro de cada exercício, composto pelos dividendos das ações preferenciais, das partes beneficiárias e reservas constituídas, exceto a de investimentos; c) As ações preferenciais gozarão do direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) superior ao atribuído a cada ação ordinária. Os lucros líquidos apurados em cada exercício serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no art. 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76, da seguinte forma: a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, na forma prevista no art. 195 da Lei nº 6.404, de 1976; c) serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias e preferenciais, observado o disposto no art. 5º, Parágrafo 2º, do estatuto, 25% dos lucros líquidos, diminuídos ou acrescidos dos seguintes valores: (a) importância destinada à constituição da reserva legal; (b) importância destinada à formação da reserva para contingências (Artigo 35, “b”, supra), e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e d) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do art. 202, inciso III da Lei nº 6.404/76; e) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/76. f) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no art. 197 da Lei nº 6.404/76. 21.2. Reserva de capital: Refere-se à alienação de 10.000 partes beneficiárias à Eletrobrás ao valor total de R\$ 151.225, títulos sem valor nominal, estabelecidos pelo estatuto social com base no art. 46 da Lei 6.404/76 e alterações posteriores, que assegurarão à Eletrobrás uma participação de 10% nos lucros da Companhia. O prazo de vigência das partes beneficiárias será até o ano de 2032 (final da concessão), quando então a reserva de capital deverá ser convertida em ações preferenciais, de modo que represente 5,084% do capital social na ocasião. 21.3. Reserva de lucros: O saldo é composto dos seguintes valores:					31/12/2016		
					31/12/2017	Reapresentado	
					5.164	17.161	
					5.145	18.518	
					10.309	35.679	
21.4. Reservas de lucros: 21.4.1. Reserva legal: A reserva legal é constituída ao final de cada exercício social, conforme art. 193 da Lei 6.404/76 e suas alterações, na base de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, deixando a sua constituição de ser obrigatória quando o valor da reserva exceder a 20% do capital social. Essa reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social. 21.4.2. Dividendos adicionais propostos: No exercício de 2016 foi realizada a constituição de R\$18.518 mil corresponde a valor acima do dividendo mínimo obrigatório. Esse valor foi mantido no patrimônio líquido, conforme determina a Lei 6.404/76, e de acordo com as normas descritas no ICPC 08. Em 2017, a Companhia transferiu esse montante para o passivo e realizou seu pagamento. Em dezembro de 2017, a Administração destinou o valor de R\$5.145 mil para constituição da provisão de dividendos adicionais propostos referente ao excesso sobre o dividendo mínimo obrigatório declarado ao final de 2017. No mês de julho de 2017 ocorreu o pagamento de dividendos intercalares no valor de R\$23.246 mil, totalizando em 2017 R\$28.391 mil. Esse valor será submetido à apreciação da Assembleia Geral Ordinária que irá aprovar a destinação do resultado do exercício de 2017. 21.5. Ajuste de avaliação patrimonial: Refere-se à contabilização de reserva reflexa de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais na coligada Investco. 21.6. Destinação do lucro líquido do exercício: O estatuto social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.							
22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA							
					31/12/2016		
					31/12/2017	Reclassificado	
					145.768	130.213	
					4.730	1.869	
					44.989	—	
					195.487	132.082	
					(18.804)	(12.155)	
					(1.729)	(1.171)	
					(457)	(461)	
					(2.606)	(3.686)	
					(23.596)	(17.473)	
					171.891	114.609	
23. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E OPERAÇÃO							
					31/12/2016		
					31/12/2017	Reclassificado	
					58.882	15.062	
					34.020	54.592	
					11.591	10.790	
					—	—	
					1.214	1.214	
					79	—	
					79	79	
					105.865	81.736	
23.1. Energia elétrica comprada para revenda: O valor se refere à compra de energia no Mercado de Curto Prazo e encargos imputados aos agentes de mercado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Esse custo deve ser analisado conjuntamente com a receita reconhecida no mesmo período. Dessa forma, a exposição líquida negativa da Companhia na CCEE no exercício de 2017 foi de R\$9.163 mil (R\$13.193 mil em 2016). 23.2. Arrendamento Investco S/A: Despesa relativa ao arrendamento dos ativos da UHE Luis Eduardo Magalhães pertencentes à Investco, apurado conforme detalhado na nota explicativa 13. 23.3. Prêmio de Seguro - Repactuação risco hidrológico: Refere-se à amortização do ressarcimento da energia adquirida em 2015 como um benefício para as empresas							

continuação					CEB LAJEADO S.A. - CEBLajeado				
que optaram pela repactuação do risco hidrológico. Esse saldo está sendo utilizado para compensação do seguro instituído pela ANELL como parte da transferência do risco após a repactuação, conforme mencionado na Nota explicativa 10.					28. PARTES RELACIONADAS				
24. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS					Concessionárias		Partes relacionadas	Período	Preço em MWh
					a) Venda energia elétrica		CEB Distribuição	27.11.01 a 15.12.32	175,1
					b) Encargos sobre contas a receber em aberto		CEB Distribuição		21.520
					Participação Societária				
					c) Título a receber		Investco	21.07.01 a 15.01.33	1.138
					d) Investimento		Investco		177.932
					e) Juros sobre capital próprio/Dividendos		Investco		6.051
					Obrigações com Acionistas				
					f) Juros sobre capital próprio/Dividendos		Eletrobras	31.12.2017	7.130
					g) Juros sobre capital próprio/Dividendos		CEB Holding	31.12.2017	5.620
					h) Partes beneficiárias		Eletrobras	31.12.2017	3.404
					Contas a pagar				
					i) Arrendamento		Investco	21.07.01 a 15.01.33	3.124
					j) Pessoal cedido		CEB Distribuição	01.01.17 a 31.12.17	74
					Partes relacionadas				
					k) Ágio Eletrobrás		Eletrobras		88.304
									(5.887)
					a) Venda bruta de energia elétrica: Representa os valores a receber vencidos e a vencer em 31 de dezembro de 2017 e os valores faturados em 2017 referentes ao contrato de compra e venda de energia com a CEB Distribuição mencionados na Nota explicativa 5. b) Encargos sobre energia: Representam os juros e variação monetária sobre o parcelamento da dívida da CEB Distribuição realizado pela CEBLajeado, conforme mencionado na Nota explicativa 5. c) Títulos a receber: Representam os valores a receber referentes às ações preferenciais classes “A” e “B” de emissão da coligada Investco, ajustados a valores justos e mencionados na Nota explicativa 12. d) Investimento: Representa o saldo do investimento da CEBLajeado na Investco e a equivalência patrimonial do resultado da investida reconhecida no período, mencionado na Nota explicativa 13. e) Juros sobre capital próprio e dividendos a receber: Representa o valor da proposição de distribuição de lucros por parte da Investco em aberto em 31 de dezembro de 2017. f) Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar: Representa o valor a ser distribuído de lucros a CEB Holding em aberto até 31 de dezembro de 2017. g) Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar: Representa o valor a ser distribuído de lucros a Eletrobrás em aberto até 31 de dezembro de 2017. h) Partes beneficiárias: Referem-se às partes beneficiárias a pagar ao Acionista Eletrobras (Nota explicativa 18). i) Arrendamento: Refere-se ao contrato de arrendamento celebrado entre CEBLajeado e Investco, conforme demonstrado na Nota explicativa 15.2 (valor bruto, sem o crédito do PIS e da COFINS). j) Pessoal cedido: Representa os valores a pagar referentes aos empregados cedidos da CEB Distribuição. Os ressarcimentos dos custos dos salários, encargos e benefícios são realizados mensalmente até o final da cessão. k) Ágio Eletrobrás: Representa o ágio gerado na operação de reestruturação societária ocorrida no exercício de 2005, detalhado na Nota explicativa 14, de acordo com as normas internacionais de contabilidade.				
					29. PASSIVOS CONTINGENTES				
					29.1. Contingência fiscais: A Companhia é parte em processos administrativos de natureza fiscal, no valor principal de R\$3.620 mil, cuja perda foi estimada como possível baseada na opinião de seus assessores jurídicos, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras. Esses processos referem-se a créditos tributários compensados por meio de declaração de compensação - PER/DCOMP, os quais não foram homologados pela Receita Federal do Brasil. A CEBLajeado apresentou recursos administrativos com o objetivo de requerer o reconhecimento do direito de compensação desses créditos tributários. 29.2. Contingência cível: a) Resolução CNPE 03/2013: O Conselho Nacional de Política Energética emitiu a Resolução CNPE nº 03/2013, que em seus artigos 2º, parágrafo 5º e artigo 3º, estende às empresas geradoras a responsabilidade pelo custeio do acionamento extraordinário - fora da ordem de mérito de custo - da geração de energia elétrica para garantir a confiabilidade do sistema, em razão da revogação da Resolução CNPE nº 08/2007. A Companhia interpôs, conjuntamente com outras empresas do grupo, ação ordinária contra a União, questionamento a criação deste novo encargo e obteve antecipação de tutela em 2 de agosto de 2013, excluindo a Companhia do rateio do custo do despacho adicional de recursos energéticos de usina termoeletrica. A Ação judicial defende que a Resolução nº 03/2013, do CNPE, extrapolou os limites do poder regulamentar, violando o princípio da legalidade, pois o CNPE não tem poder de legislar sobre a matéria. A Justiça Federal de 1ª instância, na 17ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, em Decisão publicada em 12 de maio de 2017, confirmou a antecipação dos efeitos da tutela, deferida em 2013. Posteriormente com a publicação da Lei 13.360/2016, artº. 10, estabeleceu que a partir de 2017, a cobertura de custos resultantes da substituição de energia hidráulica por geração térmica fora da ordem de mérito será feita por meio de encargo específico a ser pago pelo consumidor. Além disso, a ANEEL por meio do Despacho 1.146/2017 determinou a CCEE que, a partir da contabilização de abril/2017, realiza-se o rateio do ESS, alocando ao consumidor o total desse custo. Os valores envolvidos até novembro de 2017, última apuração disponível, informam que a Companhia foi excluída do pagamento da ordem de R\$7,9 milhões, sendo que esse montante engloba a CNPE/03 e o Despacho ANEEL 1.146/2017. b) Repactuação do risco hidrológico: A Medida Provisória nº 688, de 18 de agosto de 2015, convertida na Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015, estabelece que o risco hidrológico suportado pelos agentes de geração hidrelétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, poderá ser repactuado pelos geradores, desde que haja anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - Anel. A Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, regulamenta os critérios de anuência e as condições para a repactuação do risco hidrológico, tanto para o Ambiente de Contratação Regulada - ACR, como para o Ambiente de Contratação Livre - ACL. Aprovados os dispositivos legais, a CEBLajeado e as demais empresas geradoras do mesmo grupo empresarial decidiram aderir à Repactuação do Risco Hidrológico. Uma das condições para adesão ao programa foi a desistência das ações judiciais que questionavam os efeitos financeiros do déficit de geração. Entretanto somente os agentes que operam no ambiente regulado aderiram à referida Repactuação. Os agentes atuantes no mercado livre avaliaram como inoportuna a repactuação nos termos propostos pela ANEEL, mantendo-se judicializados. Essa situação provocou nova exposição àqueles agentes, atuantes no mercado regulado, que tinham				
					30. GESTÃO DE RISCOS				
					30.1. Risco de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital caso haja necessidade, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. 30.2. Risco de mercado: O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia não possuía e continua sem possuir riscos de mercado associados a dívida. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Uso do bem público difere do seu valor contábil. 30.3. Risco de liquidez: O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota explicativa 4) e de concessionários e permissionários (Nota explicativa 5). A Companhia, em 31 de dezembro de 2017, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para concessionários e permissionários, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos. A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. 30.4. Risco de crédito: O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias e permissionárias, entre outros. No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais. O risco decorrente da possibilidade de a Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma política de gestão de riscos financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por sua administração. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais. 30.5. Risco de normatização via legislação e via regulamentação ANEEL: A CEBLajeado é uma empresa de geração e comercialização de energia, que está sujeita a uma legislação específica sobre o sistema energético e à regulamentação específica da ANEEL, na qualidade de agência regulatória do sistema de energia elétrica no Brasil. Considerando que o sistema de produção e comercialização de energia leva em consideração políticas definidas pelo Governo Federal, o custo de energia e o seu preço de venda ao mercado podem sofrer impactos decorrentes dessa política. Por outro lado, o mercado de produção e venda de energia regu-				
					continua				

continuação

CEB LAJEADO S.A. - CEBLajeado

lamentado pela ANEEL está sujeito aos efeitos de reflexos de posições tomadas por empresas pertencentes ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE no sistema de geração de energia, e de outros aspectos, em especial o preço da energia no Mercado de Curto Prazo. **30.6. Risco hidrológico:** A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operados pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos. Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio (Nota explicativa 22). **30.7. Concentração de receitas:** A Companhia realiza operações de vendas exclusivamente com parte relacionada, dentro da política estratégica definida pelo Grupo, ao qual a Companhia pertence.

31. PLANO DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A CEBLajeado e demais empresas controladas pela Companhia Energética de Brasília são patrocinadoras da FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB, entidade fechada, que é um plano destinado a complementar os benefícios concedidos pela Previdência Social aos seus empregados e administradores.

O plano adotado é na modalidade de Contribuição Definida - CD, que não possui risco atuarial. O custeio do plano é feito por meio de contribuições mensais, sendo 50% da patrocinadora e 50% do participante, por taxas incidentes sobre a folha de salários da empresa.

32. RESTRIÇÃO SOBRE AS PROPRIEDADES DE ATIVOS

No contrato de arrendamento foi oferecido pelas arrendatárias, como garantia, os direitos de concessão e os direitos decorrentes dos contratos de compra e venda de energia, bem como parte das receitas decorrentes da comercialização de energia gerada pela usina.

33. SEGUROS

A Companhia não possui apólices de seguros contratados pela administração para cobrir riscos sobre seus ativos, por serem irrelevantes os valores envolvidos na CEBLajeado.

34. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como

necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

35. RECONCILIAÇÃO DO LUCRO DO PERÍODO COM A GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro Líquido do exercício	45.676	31.404
Depreciação	19	19
Amortização	5.887	5.887
Partes Beneficiárias	5.075	3.489
Equivalência Patrimonial	(9.562)	(19.079)
Tributos Diferidos	(407)	381
Dividendos/JSCP de Ações Preferenciais	(233)	(487)
Outros	(3)	3
Ajuste no Resultado	775	(9.787)
Variações Patrimoniais		
(Aumento) Redução em contas a receber	7.116	5.775
(Aumento) Redução em impostos e contribuições a recuperar	-	2.964
(Aumento) Redução Tributos Diferidos	(172)	147
(Aumento) Redução em Contas de Caução	(1.486)	(2)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	5.076	1.008
Aumento (Redução) em fornecedores e contas a pagar	(113)	817
Aumento (Redução) em em impostos e contribuições sociais	9.570	(8.975)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	(2.983)	(244)
Total	17.008	1.490
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais		
Juros Sobre Capital Próprio / Dividendos Ações Preferenciais	233	227
Juros sobre Capital Próprio / Dividendos Recebidos	17.832	34.019
Total das Atividades Operacionais Geradas (Consumidas)	18.065	34.246
	81.524	57.353

36. OUTRO ASSUNTO RELEVANTE

O Governo do Distrito Federal publicou em 21 de dezembro de 2015 a Lei nº 5.577 autorizando à Companhia Energética de Brasília - CEB, acionista controladora da CEBLajeado, a alienar a sua participação acionária na Companhia, que é representada por 100% das ações ordinárias, conforme descrito na Nota explicativa 21, observadas as regras previstas em seu ato constitutivo e no acordo de acionistas. Esta alienação é parte do Plano de desinvestimentos da CEB em empresas de gás e de geração de energia elétrica.

FERNANDO OLIVEIRA FONSECA

Diretor - Geral CEB Lajeado

PAULO MARCOS CASCELLI DE AZEVEDO

Diretor Adm. e Financeiro CEB Lajeado

CLEBER ALVES PEREIRA

Contador - CEB Lajeado- CRC/DF 021056-0/7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselho de Administração e Diretoria da **CEB LAJEADO S.A.**

Opinião: Examinamos as Demonstrações financeiras da CEB Lajeado S.A. (“Companhia” ou “CEBLajeado”), que compreendem o Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas Demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa Opinião, as Demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEB Lajeado S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião. **Ênfases:** Sem modificar a nossa Opinião, chamamos a atenção para os seguintes assuntos: 1) Conforme mencionado na Nota explicativa nº 2, em decorrência dos ajustes efetuados pela Investido em suas Demonstrações financeiras referentes à apuração de Imposto de Renda e Contribuição social em 2016 e anos anteriores, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 (R1), ou CPC 23 (R1) - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. 2) Conforme mencionado na Nota explicativa 1.3, a CEBLajeado possui contrato de venda de Energia exclusivamente para a CEB Distribuição, empresa do mesmo grupo econômico, que foi renovado até o final da Concessão da CEBLajeado em 15 de dezembro de 2032. Por outro lado, os bens da usina, necessários à geração de energia, foram arrendados à CEBLajeado pela companhia coligada, de capital aberto, a Investco. Como consequência dessas operações entre empresas do mesmo grupo econômico, as demonstrações financeiras em anexo devem ser analisadas neste contexto. 3) Conforme mencionado na Nota explicativa 36, o Governo do Distrito Federal publicou em 21 de dezembro de 2015 a Lei 5.577 que autoriza a venda de sua participação na CEB Lajeado S.A., onde detém 100% das ações ordinárias. Essa participação é feita através da Companhia Energética de Brasília - CEB. Neste momento, é impossível determinar os efeitos futuros dessa possível alteração de controle nas Demonstrações financeiras da Companhia, caso ela realmente venha ocorrer. **Outros assuntos:** 1) A Demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das Demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa Opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as Demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa Opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às Demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Adicionalmente, os assuntos descritos no tópico “Ênfases” supra também são aplicáveis à essa Demonstração. 2) As Demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparabilidade, ora representadas em decorrência dos assuntos descritos na Nota explicativa nº 2, foram examinadas por nós e sobre as quais emitimos relatório datado de 23 de fevereiro de 2017 sem ressalvas, mas contendo os mesmos assuntos descritos nos itens 2 e 3 do tópico “Ênfases” supra. **Outras informações que acompanham as Demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da CEBLajeado é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa Opinião sobre as Demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das Demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as Demonstrações financeiras ou com nosso

conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das Demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações financeiras. **Responsabilidades do Auditor pela auditoria das Demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa Opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa Opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos Opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis respectivas divulgações feitas pela Administração da Companhia. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua coligada INVESTCO. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa Opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as Demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2018

NEXIA TEIXEIRA Auditores

CRC MG 5.194

Domingos Xavier Teixeira - Sócio e Diretor Executivo

Contador - CRC MG-14.105-O/5-S-DF-103

A member of
Nexia
International

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CEB Lajeado S/A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório Anual da Administração, examinou as Demonstrações Financeiras, além das informações complementares objeto das Demonstrações do Resultado, das mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, levantados em 31 de dezembro de 2017, elaborados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Todas as peças foram apresentadas de forma comparativa àquelas encerradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. O Colegiado tomou conhecimento do relatório da Nexia Auditores Independentes, emitido sem ressalvas em 22.02.2018, bem como se inteirou da proposta relativa à destinação do resultado do exercício de 2017. Com base nos documentos apresentados e no relatório dos auditores independentes sobre

as demonstrações financeiras, o Conselho Fiscal concluiu, por unanimidade, que as peças estão em ordem e adequadas, em seus aspectos relevantes, sendo de opinião que se encontram em condições de serem submetidas à deliberação final da Assembleia Geral Ordinária da CEB Lajeado S/A. O Conselho Fiscal verificou não existirem, nos registros contábeis da Companhia apresentados ao Colegiado, irregularidades apuradas no exame realizado, encontrando-se normal a situação dos dirigentes responsáveis perante os cofres da Empresa, até a presente data.

Brasília, 22 de março de 2018.

JOEL ANTONIO DE ARAÚJO

LUIZ ALBERTO MEIRELLES BELEIRO BARREIRO JÚNIOR

DALMO ALEXANDRE COSTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 50012018042000071

Documento assinado digitalmente conforme MP n 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.